



# Regulamento Funcional e Pedagógico

Aprovado em 20/12/2017

## Índice

<b>PARTE I .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPITULO I .....</b>	<b>3</b>
Âmbito e objeto.....	3
Objeto.....	3
<b>CAPITULO II .....</b>	<b>3</b>
Disposições comuns .....	3
Criação, alteração e descontinuação de ciclos de estudos.....	3
Avaliação e acompanhamento dos ciclos de estudos.....	4
Organização e gestão de cursos .....	4
Modalidades Pedagógicas .....	4
Candidatura .....	5
Matrícula .....	5
Inscrição.....	5
Alteração de inscrições.....	6
Anulação de inscrições .....	6
Reingresso .....	6
Inscrição em unidades curriculares de estudos subsequentes.....	6
Inscrição avulsa em unidades curriculares .....	6
Mudança de Turma .....	7
Estudante em regime de tempo parcial .....	7
Estudantes em Regime Especial .....	7
Estudantes com necessidades educativas especiais.....	8
Calendarização Escolar .....	9
Fichas de unidade curricular.....	10
Assistência pedagógica.....	10
Processo de creditação.....	11
Avaliação de conhecimentos .....	11
Elementos constantes das certidões finais e dos certificados .....	11

Prazos relativos à emissão de certidões finais e dos certificados.....	11
Elementos constantes da Carta de Curso, Diploma e Suplemento ao Diploma .....	12
Emissão e entrega de Cartas de Curso.....	13
Emissão do Suplemento ao Diploma .....	13
Propinas.....	13
Regime de precedências.....	13
Regime de prescrição das inscrições .....	13
<b>PARTE II.....</b>	<b>13</b>
Regras específicas dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais.....	13
Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CteSP).....	13
Plano de Formação.....	14
Diploma de técnico superior profissional.....	14
Normas Regulamentares do diploma de técnico superior profissional.....	14
Coeficientes de ponderação e procedimentos para o cálculo da classificação final .....	14
Regras específicas dos ciclos de estudos de licenciatura .....	15
Grau de licenciado .....	15
Pré-Requisitos.....	15
Candidatura .....	15
Cálculo das médias finais de curso .....	16
<b>PARTE III.....</b>	<b>16</b>
Disposições Finais.....	16
Suspensão de prazos .....	16
Disposição revogatória .....	16
Dúvidas e casos omissos.....	16
Entrada em vigor .....	16

## **INSTITUTO SUPERIOR DE NOVAS PROFISSÕES**

### **REGULAMENTO FUNCIONAL E PEDAGÓGICO**

#### **PREÂMBULO**

O presente regulamento pretende, no cumprimento da legislação em vigor e atentos o modelo de organização e os objetivos definidos pelo Instituto Superior de Novas Profissões (INP), fixar o modo de funcionamento dos seus cursos e os procedimentos inerentes à concessão de graus e diplomas académicos.

#### **PARTE I**

##### **Disposições gerais**

#### **CAPITULO I**

##### **Artigo 1.º**

###### **Âmbito**

O presente documento regulamenta o funcionamento dos Cursos de Licenciatura do Instituto Superior de Novas Profissões, adiante designado por INP, tendo em conta os objetivos previstos nos seus Estatutos e demais regulamentos da Instituição.

##### **Artigo 2.º**

###### **Objeto**

O presente regulamento estabelece as regras de organização, funcionamento e os procedimentos adotados nos cursos de licenciatura e Cursos Técnicos Superiores Profissionais do INP.

#### **CAPITULO II**

##### **Disposições comuns**

##### **Artigo 3.º**

###### **Criação, alteração e descontinuação de ciclos de estudos**

- 1 - As propostas de criação, alteração e descontinuação de ciclos de estudos são da iniciativa da Direção do INP que o promove, individualmente ou em associação com outras unidades orgânicas ou instituições de ensino superior, consultados os Conselhos Pedagógico e Técnico-Científico do INP e observando os requisitos legalmente exigidos.
- 2 - O funcionamento dos ciclos de estudos está dependente da sua acreditação, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 4.º

**Avaliação e acompanhamento dos ciclos de estudos**

- 1 - O Diretor do curso em avaliação preside a uma Comissão de Autoavaliação, que deve integrar representantes da comunidade académica interna e externa, nomeadamente professores, estudantes, pessoal não docente e individualidades que se considere poderem contribuir para o aperfeiçoamento do ciclo de estudos.
- 2 - No âmbito do Sistema Interno de Garantia da Qualidade, a Comissão de Autoavaliação monitoriza o funcionamento do curso, a sua evolução e harmonização com os objetivos que lhe forem assinalados, emitindo relatórios com as recomendações de melhoria que entenda justificarem-se.

Artigo 5.º

**Organização e gestão de cursos**

- 1 - Os ciclos de estudos ministrados pelo INP são coordenados por um Diretor, nomeado nos termos dos Estatutos.
- 2 - Os cursos em associação regem-se no seu funcionamento nos termos da legislação aplicável e de acordo com o regulamento específico, aprovado com a sua criação aplicando-se, em caso de omissão, as regras da entidade que assume a responsabilidade da sua coordenação.
- 3 - Compete ao Diretor de curso no exercício das competências previstas nos estatutos do INP:
  - a) A promoção e garantia da qualidade das acções necessárias ao desenvolvimento dos projectos e actividades em que se encontram envolvidos;
  - b) A realização do ensino das unidades curriculares e dos seminários compreendidos na área técnico-científica e cultural respectiva;
  - c) A realização de projectos de investigação no âmbito da ação do INP;
  - d) A elaboração de propostas de utilização de espaços e equipamentos necessários ao ensino e investigação, bem como de aquisição de outros bens e serviços necessários à sua actividade;
  - e) A elaboração de propostas que visem a garantia de qualidade das acções de formação que decorrem sob sua responsabilidade, e o apoio a projectos de investigação e desenvolvimento que contribuam para a sua evolução;
  - f) A elaboração de propostas de contratos de cooperação entre o INP e outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
  - g) A avaliação regular das actividades desenvolvidas na perspectiva dos processos e resultados.
  - h) A apresentação da distribuição de serviço docente para aprovação pelo Diretor da Escola;

Artigo 6.º

**Modalidades Pedagógicas**

- 1 - As atividades formativas das unidades curriculares podem ter formato teórico, prático, teórico-prático, de seminário ou outros.
- 2 - As atividades teóricas visam a exposição estruturada de conteúdos em preleções de duração desejável não superior a 50 minutos.

- 3 - As atividades teórico-práticas visam a abordagem temática e resolução de problemas, demonstração técnica e/ou realização de trabalho de campo, com duração variável de acordo com a especificidade de cada área disciplinar.
- 4 - Os seminários têm como objetivo a integração multidisciplinar para abordagem de problemas e discussão de estratégias.
- 5 - As atividades práticas e laboratoriais são orientadas como tempos de aprendizagem de aptidões, desempenhos e atitudes, ou para a execução de trabalhos específicos, numa adequada relação docente-discente.
- 6 - As atividades práticas decorrem como vivências tuteladas, que se desenvolvem de modo integrado no trabalho assistencial, com uma relação tutor/tutelado adequada.

#### Artigo 7.º

##### **Candidatura**

- 1 - A candidatura é o ato em que o interessado indica o curso ou cursos em que pretende ingressar.
- 2 - O acesso e o ingresso nos cursos ministrados no INP são efetuados mediante apresentação de candidatura nos termos definidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

#### Artigo 8.º

##### **Matrícula**

- 1 - Com a matrícula o estudante ingressa pela primeira vez num curso ministrado pelo INP, garantindo o direito à inscrição num determinado conjunto de unidades curriculares.
- 2 - A matrícula realiza-se no prazo de 7 dias úteis a contar da data da comunicação ao interessado da sua admissão no curso ou cursos a que se candidatou.

#### Artigo 9.º

##### **Inscrição**

- 1 - A inscrição faculta ao estudante a frequência das unidades curriculares do curso a que se candidatou.
- 2 - A inscrição confere ao estudante o direito a:
  - a) Frequentar aulas e outras atividades letivas desenvolvidas no âmbito das unidades curriculares;
  - b) Ver avaliados e classificados os seus conhecimentos sobre as matérias objeto das unidades curriculares;
  - c) Utilizar a biblioteca, os recursos informáticos, as salas de estudo, outras estruturas de apoio social e ao ensino.
- 3 - A renovação da inscrição é efetuada pelos estudantes, preferencialmente através de plataforma eletrónica própria e validada pelos serviços.
- 4 - Não é permitida a inscrição em unidades curriculares a que o estudante tenha anteriormente obtido aproveitamento.

Artigo 10.º

**Alteração de inscrições**

A alteração da inscrição em unidades curriculares deve ser efetuada através da elaboração de requerimento administrativo disponível na plataforma *online*.

Artigo 11.º

**Anulação de inscrições**

- 1 - Os estudantes podem requerer anulação às unidades curriculares do ano em curso.
- 2 - Não é permitida a anulação de inscrição a unidades curriculares com avaliação final publicada.
- 3 - A anulação produz efeitos a partir do mês seguinte ao da data de apresentação do requerimento aos serviços administrativos.
- 4 - A inscrição pode ser anulada por incumprimento do pagamento de propinas e emolumentos devidos.

Artigo 12.º

**Reingresso**

- 1 - Reingresso é o ato pelo qual o estudante, após interrupção de estudos num curso ministrado pelo INP, se matricula e inscreve no mesmo curso ou em curso que lhe tenha sucedido.
- 2 - O regime do reingresso consta de regulamentação própria.

Artigo 13.º

**Inscrição em unidades curriculares de estudos subsequentes**

- 1 - De acordo com o estabelecido pelo n.º 1 do artigo 46.º, do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro, os estudantes inscritos num ciclo de estudos podem inscrever-se em unidades curriculares de ciclos de estudos subsequentes.
- 2 - Excluem-se da aplicação no número anterior as unidades curriculares cujo programa requeira a elaboração de dissertação, projeto e respetivos relatórios, ou a frequência de estágio.
- 3 - A inscrição nos termos do n.º 1 é efetuada em regime de avaliação.
- 4 - A aprovação nestas unidades curriculares confere o direito a:
  - a) Certificação;
  - b) Menção no Suplemento ao Diploma;
  - c) Creditação em caso de inscrição do estudante no ciclo de estudos em que se integram.

Artigo 14.º

**Inscrição avulsa em unidades curriculares**

- 1 - A inscrição em unidades curriculares pode ser efetuada quer por estudantes inscritos num curso de ensino superior, quer por outros interessados, nos termos do artigo 46.º - A do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro.
- 2 - Os candidatos à frequência de unidades curriculares, nos casos previstos no número anterior, devem apresentar os seguintes documentos:

- a) Comprovativos das qualificações que sejam possuidores (original ou cópia autenticada);
  - b) Documento de identificação;
  - c) Cartão de identificação fiscal;
  - d) Uma fotografia;
  - e) Outros elementos, se exigíveis nos termos da regulamentação ou da lei.
- 3 - É conferida a certificação às unidades curriculares a que os estudantes se inscrevam em regime de avaliação e obtenham aproveitamento e estas são incluídas no suplemento ao diploma que venha a ser emitido.
- 4 - São obrigatoriamente creditadas as unidades curriculares, com os limites legalmente fixados, caso o seu titular tenha ou venha a adquirir o estatuto de estudante de um curso de ensino superior.
- 5 - A inscrição está sujeita ao funcionamento da unidade curricular e aos horários fixados, bem como à existência de vagas.

#### Artigo 15.º

##### **Mudança de Turma**

A mudança de turma pode ser requerida pelos estudantes interessados através de requerimento *on line*, dirigido ao diretor do respetivo curso, no prazo de 15 dias úteis após o início do ano letivo.

#### Artigo 16.º

##### **Estudante em regime de tempo parcial**

- 1 - Considera-se estudante em regime de tempo parcial aquele que está inscrito num máximo de 40 ECTS anuais.
- 2 - Os estudantes inscritos em unidades curriculares cuja natureza seja de dissertação, estágio ou projeto e respetivos relatórios que requeiram o regime de tempo parcial têm direito ao tempo mínimo correspondente a duas inscrições.
- 3 - A inscrição em regime de tempo parcial é requerida pelo estudante no ato da matrícula ou inscrição no início de cada ano letivo.

#### Artigo 17.º

##### **Estudantes em Regime Especial**

- 1 - São considerados estudantes em regime especial, desde que devidamente comprovado, os que legalmente tenham esse direito, bem como:
  - a) Os atletas de alta competição e atletas em representação do INP em provas oficiais;
  - b) Os representantes dos estudantes eleitos para os órgãos académicos.
- 2 - O estudante que pretenda beneficiar do estatuto em regime especial deve requerê-lo no ato da inscrição ou no momento em que venha a reunir as condições.
- 3 - Os trabalhadores por conta de outrem, que pretendam requerer o estatuto de trabalhador-estudante devem entregar declaração autenticada emitida pela entidade empregadora, onde conste a respetiva identificação, o nome do trabalhador e o número de beneficiário da segurança social.



- 4 - Os trabalhadores por conta própria que pretendam beneficiar do estatuto mencionado no número anterior devem entregar declaração emitida pelo Serviço de Finanças comprovativa do início de atividade.
- 5 - Os estudantes, nas mesmas circunstâncias, que frequentem cursos de formação profissional ou programas de ocupação temporária de jovens, incluindo estágios curriculares ou profissionais com duração igual ou superior a seis meses, devem entregar declaração emitida pelo IEFP, Centro de Emprego, entidade promotora do curso ou entidade que concede o estágio, mencionando as datas de início e termo da formação.

#### Artigo 18.º

##### **Estudantes com necessidades educativas especiais**

O regime dos estudantes com necessidades educativas especiais consta de estatuto próprio.

#### Artigo 19.º

##### **Funcionamento das atividades letivas: pontualidade de docentes e discentes**

- 1 - A pontualidade de docentes e discentes, desde o início até ao final das aulas, é uma regra essencial ao funcionamento dos cursos do INP, com óbvios ganhos na formação pedagógica.
- 2 - Os docentes devem permitir que os estudantes disponham de tempo suficiente para se deslocarem até à aula seguinte, de modo a evitar atrasos no respetivo início.
- 3 - O período de tolerância para o início das aulas é de 10 minutos, sendo as exceções devidamente justificadas.
- 4 - Compete ao docente responsável pela aula o controlo da assiduidade, idealmente através de chamada nominal.
- 5 - A frequência das aulas teóricas é facultativa sendo, no entanto, obrigatória a presença num mínimo de dois terços das aulas de cada uma das restantes modalidades pedagógicas, designadamente aulas teórico-práticas, práticas clínicas e não clínicas, incluindo laboratoriais.
- 6 - Não obstante o disposto no número anterior, os trabalhadores-estudantes e outros estudantes de estatuto em regime especial usufruem dos direitos previstos em legislação específica, sem prejuízo do respeito pelas características próprias da prática clínica e dos estágios curriculares.
- 7 - Os estudantes que não cumpram os limites de assiduidade referidos no número 5 não têm acesso à realização da avaliação final no ano letivo em curso, tendo de se inscrever e repetir a respetiva unidade curricular no ano seguinte.

#### Artigo 20.º

##### **Relevação de faltas**

- 1 - De acordo com a Lei Geral, constituirão motivo de relevação de faltas a aulas e/ou a exames as seguintes situações, desde que devidamente comprovadas:

- a) Falecimento do cônjuge, de parente ou afim do 1º grau da linha direta até cinco dias consecutivos;
  - b) Falecimento de parentes ou afins, em qualquer outro grau da linha direta ou até ao 3º grau da linha colateral até três dias consecutivos;
  - c) Internamento hospitalar ou assistência médica de urgência durante o respetivo período escolar;
  - d) Apoio a familiar direto em caso de doença;
  - e) Representação do INP e da Associação de Estudantes do INP;
  - f) Presença comprovada em reuniões dos órgãos de gestão do INP;
  - g) Comparência no dia da Defesa Nacional;
  - h) Comparência em Tribunal, na PSP ou GNR;
  - i) Situações especiais de estudantes atletas de alta competição, paternidade/ maternidade ou que pertençam à Academia Militar, da Força Aérea ou Escola Naval;
- 2 - A relevação destas faltas, quando considerada excessiva, poderá não ser compatível com a atribuição de classificação das aulas de frequência obrigatória.
- 3 - O atestado ou comprovativo do motivo da falta é entregue diretamente nos Serviços Administrativos, que o anexa ao processo do estudante e informa os docentes.

#### Artigo 21.º

##### **Calendarização Escolar**

- 1 - O calendário de atividades letivas, incluindo as respetivas épocas de exame, deverá ser definido e divulgado pela Direção do INP ouvido o Conselho Pedagógico.
- 2 - Do calendário escolar constam os períodos letivos, épocas de avaliação e períodos de pausa.
- 3 - Os cursos poderão funcionar em regime laboral, pós-laboral ou misto.
- 4 - Com base no calendário geral de atividades letivas do INP, cada direção de curso define o início e o fim de aulas de cada semestre, bem como a marcação dos períodos de avaliação.
- 5 - Os calendários letivos são homologados pelo Diretor.
- 6 - No final de cada semestre, existem as seguintes épocas de exames:
  - a) uma época normal de exames (1ª época) com início após o final do período letivo;
  - b) uma época de recurso (2ª época) com início imediatamente após o final da época normal, incluem-se nesta época os exames de melhoria de nota;
  - c) uma época especial destinada exclusivamente a estudantes finalistas (máximo até 30 ECTS) e trabalhadores estudantes.
- 7 - O acesso às épocas normal e de recurso pressupõe a publicação atempada dos resultados da avaliação, designadamente, até dez dias úteis após a avaliação.
- 8 - A publicação dos resultados dos exames de época normal e de recurso deve ser efetuada até dois dias úteis antes do respetivo exame na época de recurso.

**Artigo 22.º**

**Horários Letivos**

- 1 - Com a antecedência mínima de uma semana antes do início das aulas em cada semestre, a Direção do INP, em articulação com as direções de curso, procede à definição e divulgação dos horários de todas as atividades letivas, incluindo aulas teóricas, práticas/laboratoriais.
- 2 - Os horários letivos são propostos pelo Diretor do Curso, ouvido o Conselho Pedagógico.
- 3 - Os horários devem obedecer a uma articulação lógica entre os planos de estudos, cargas horárias, modalidades pedagógicas e disponibilidades de utilização de espaços e dos equipamentos existentes.
- 4 - Sempre que os blocos de atividades pedagógicas teóricas tenham uma duração superior a 120 minutos, deverá existir um intervalo de 10 minutos entre cada preleção de 50 minutos.

**Artigo 23.º**

**Fichas de unidade curricular**

- 1 - A ficha de unidade curricular é o documento que contém o respetivo programa, os objetivos, os conteúdos, os métodos de ensino e avaliação e bibliografia recomendada.
- 2 - Sob coordenação do diretor do ciclo de estudos, a elaboração da ficha é da responsabilidade do docente coordenador da unidade curricular e deve ser apresentada aos estudantes no início do período escolar a que respeita.
- 3 - A ficha de unidade curricular é preenchida em modelo próprio no início do ano letivo a que respeita.
- 4 - A inter-ligação e complementaridade pedagógicas proporcionadas através dos programas das diferentes unidades curriculares e respetivos métodos de avaliação devem ser apropriadamente garantidas pelo diretor de curso.

**Artigo 24.º**

**Assistência pedagógica**

- 1 - Os métodos pedagógicos e didáticos utilizados deverão ser aplicados de forma idêntica a todos os alunos, sendo da competência dos responsáveis das unidades curriculares e, em última análise, do diretor de curso, garantir a qualidade pedagógica e didática de todos os meios (materiais e humanos) utilizados.
- 2 - No que respeita à formação de estágios, a sua funcionalidade e coordenação são definidos por regulamento próprio elaborado pela direção de curso em colaboração com a Direção do INP e aprovado em Conselho Pedagógico.
- 3 - Os estudantes podem solicitar atendimento e assistência pedagógica aos docentes, mediante agendamento prévio.

Artigo 25.º

**Processo de creditação**

O processo de creditação de competências rege-se por regulamentação própria.

Artigo 26.º

**Avaliação de conhecimentos**

A avaliação de conhecimentos é efetuada de acordo com as normas de avaliação estabelecidas em regulamentação própria complementada pelos métodos definidos na ficha de unidade curricular.

Artigo 27.º

**Elementos constantes das certidões finais e dos certificados**

1 - Das certidões finais devem constar os elementos seguintes:

- a) O nome do estudante;
- b) O número do documento de identificação do estudante;
- c) A filiação do estudante;
- d) A denominação e grau do curso;
- e) A identificação do ato normativo que autorizou o funcionamento do curso;
- f) As unidades curriculares em que obteve aprovação;
- g) A classificação final do curso;
- h) A data da conclusão do curso
- i) A data da emissão;
- j) O código de autenticação;
- k) A assinatura do Responsável pelos Serviços Académicos;
- l) Outros elementos previstos na legislação aplicável ou nos acordos outorgados no âmbito dos ciclos de estudos em associação.

2 - Dos certificados devem constar, com as devidas adaptações, os elementos previstos nas alíneas

a) a d) e f) a l) do n.º 1.

Artigo 28.º

**Prazos relativos à emissão de certidões finais e dos certificados**

1 - Os prazos de emissão de certidões, contados a partir da data do pedido do estudante, são os seguintes:

- a) Até 60 dias úteis, no caso de certidão final de curso;
- b) Até 30 dias úteis, no caso de segunda via de certidão final de curso;
- c) Até 30 dias úteis, no caso de certidão intermédia.

- 2 - Os prazos referidos nas alíneas b) e c) do número anterior são reduzidos em 50% quando, a pedido do estudante, a emissão tenha carácter urgente, o que implica pagamento de emolumento específico.
- 3 - Os prazos relativos à emissão de certificados de cursos não conferentes de grau são os previstos na alínea a) do n.º1.

#### Artigo 29.º

##### **Elementos constantes da Carta de Curso, Diploma e Suplemento ao Diploma**

- 1 - Da carta de curso devem constar os elementos seguintes:
  - a) O nome do estudante;
  - b) O número do documento de identificação do estudante;
  - c) A filiação do estudante;
  - d) A denominação e grau do curso;
  - e) A identificação do ato normativo que autorizou o funcionamento do curso;
  - f) A classificação final do curso;
  - g) A data da conclusão do curso;
  - h) A data da emissão;
  - i) O código de autenticação;
  - j) As assinaturas do Diretor e do Administrador;
  - k) Outros elementos previstos na legislação aplicável ou nos acordos outorgados no âmbito dos ciclos de estudos em associação.
- 2 - Dos diplomas de cursos não conferentes de grau devem constar, com as devidas adaptações, os elementos constantes das alíneas a) a d) e f) a k) do número anterior.
- 3 - Do suplemento ao diploma previsto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, devem constar os elementos legais aplicáveis, nomeadamente os seguintes:
  - a) Descrição do sistema de ensino superior português e o seu enquadramento no sistema educativo à data da emissão;
  - b) Caracterização da instituição que ministrou o ensino e que conferiu o diploma;
  - c) Caracterização da formação realizada e o seu objetivo;
  - d) Informação detalhada sobre a formação realizada e os resultados obtidos;
  - e) Informações complementares relevantes que tenham ocorrido em iniciativas promovidas pelo INP, a saber:
    - i) Prémios de mérito;
    - ii) Seminários e Conferências;
    - iii) Estágios não curriculares;
    - iv) Participação em órgãos académicos;
    - v) Provas desportivas em representação do INP;
    - vi) Participação em programas de mobilidade.

Artigo 30.º

**Emissão e entrega de Cartas de Curso**

- 1 - As cartas de curso são emitidas a requerimento do estudante no ano civil subsequente ao ano letivo de conclusão do curso a que respeitam.
- 2 - As cartas de curso são entregues em sessão solene comemorativa do dia do INP.
- 3 - Caso o estudante não pretenda receber a carta de curso no dia designado para a sessão solene referida no número anterior, estas são emitidas no prazo máximo de 90 dias úteis a contar da data do pedido.

Artigo 31.º

**Emissão do Suplemento ao Diploma**

A emissão do suplemento ao diploma previsto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, deve acompanhar nos respetivos prazos a emissão da certidão final de curso ou da carta de curso.

Artigo 32.º

**Propinas**

A entidade instituidora do INP fixa, através de Ordem de Serviço, o valor das propinas e dos emolumentos devidos pela prestação de ensino aos estudantes inscritos em ciclos de estudos do INP.

Artigo 33.º

**Regime de precedências**

Aos cursos ministrados pelo INP só se aplicam as precedências inscritas no respetivo plano de estudos publicado em Diário da República ou, caso se trate de estágios curriculares, quando tal esteja definido em regulamentação específica.

Artigo 34.º

**Regime de prescrição das inscrições**

O direito à inscrição não prescreve enquanto o funcionamento do ciclo de estudos onde o aluno está inscrito não cessar.

**PARTE II**

**Regras específicas dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais**

Artigo 35.º

**Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CteSP)**

Os CTeSP são formações superiores, não conferentes de grau, que visam conferir qualificação profissional de nível 5 do Quadro Nacional de Qualificações.

Artigo 36.º

**Plano de Formação**

- 1 - Os cursos organizam-se pelo sistema de créditos ECTS.
- 2 - O plano de formação de cada CTeSP possui 120 créditos ECTS e tem uma duração de 4 semestres estando sujeito às normas constantes no despacho de registo respetivo.

Artigo 37.º

**Diploma de técnico superior profissional**

O diploma de técnico superior profissional é conferido após o cumprimento do plano de formação definido no despacho de registo do CTeSP.

Artigo 37.º

**Normas Regulamentares do diploma de técnico superior profissional**

As normas específicas de funcionamento dos CteSP encontram-se definidas em regulamentação própria, nomeadamente:

- 1 - Condições de ingresso e forma de proceder à verificação da sua satisfação;
- 2 - Regras a que estão sujeitos os concursos de ingresso;
- 3 - Condições de funcionamento.

Artigo 38.º

**Coeficientes de ponderação e procedimentos para o cálculo da classificação final**

A classificação final do diploma de técnico superior profissional é a média aritmética ponderada, arredondada às unidades (considerando como unidade a parte decimal igual ou superior a cinco), obtida através da aplicação da seguinte fórmula:  $0,10 \times \text{CFGc} + 0,55 \times \text{CFT} + 0,35 \times \text{CFCTb}$  em que:

- 1 - CFGc — classificação da componente de formação geral e científica;
- 2 - CFT — classificação da componente de formação técnica;
- 3 - CFCTb — classificação da componente de formação em contexto de trabalho.

Parte III

**Regras específicas dos ciclos de estudos de licenciatura**

**1.ºs Ciclos de Estudos**

**Artigo 39.º**

**Grau de licenciado**

O grau de licenciado é conferido a quem tenha obtido aprovação em todas as unidades curriculares, definidas no plano de estudos do curso em que se encontre regularmente inscrito.

**Artigo 40.º**

**Pré-Requisitos**

- 1 - Os candidatos a cursos que exijam pré-requisitos de ingresso estão sujeitos à realização de provas regulamentadas anualmente pela Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior.
- 2 - A realização das provas mencionadas no número anterior depende de inscrição prévia em data divulgada anualmente pelos serviços competentes.
- 3 - Os resultados das provas a que se refere o n.º 1 são divulgados publicamente em local próprio.

**Artigo 41.º**

**Candidatura**

- 1 - Podem candidatar-se aos 1.ºs ciclos de estudos do INP os estudantes que, aprovados no ensino secundário ou com habilitação legalmente equivalente, tenham realizado as provas de ingresso exigidas pelo curso pretendido e obtido nota mínima de candidatura igual ou superior a 95 pontos.
- 2 - Para os candidatos referidos no número anterior, o cálculo da nota de candidatura é efetuado com base nas seguintes ponderações:
  - a) 65% da classificação final do ensino secundário;
  - b) 35% da classificação da prova(s) de ingresso válida(s) para o curso ao qual se candidata no ano letivo de candidatura.
- 3 - Podem ainda candidatar-se através de concursos especiais de acesso aos 1.ºs ciclos de estudos:
  - a) Os cidadãos portugueses ou residentes estrangeiros, maiores de 23 anos, com aprovação nas respetivas provas de ingresso conforme regulamentação própria;
  - b) Os titulares de um curso superior obtido num dos países membros da União Europeia;
  - c) Os titulares de um diploma de especialização tecnológica, obtido após conclusão de um curso de especialização tecnológica;
  - d) Os titulares de um diploma de técnico superior profissional;
  - e) Os titulares de habilitações literárias, secundárias ou pós-secundárias, reconhecidas para o acesso ao ensino superior.
- 4 - A mudança de par instituição/curso é realizada ao abrigo de regulamentação própria.
- 5 - Podem candidatar-se outros interessados desde que a sua situação académica se encontre prevista na legislação em vigor.
- 6 - O ingresso nos 1.ºs ciclos de estudos está sujeito a seriação e ao número de vagas fixado.



Artigo 42.º

**Cálculo das médias finais de curso**

A média final de curso é a média aritmética ponderada por ECTS, arredondada à unidade, das classificações obtidas nas unidades curriculares com os respetivos ECTS.

**PARTE IV**

**Disposições Finais**

Artigo 43.º

**Suspensão de prazos**

Os prazos previstos no presente regulamento referem-se a dias úteis e suspendem-se durante o período de férias letivas.

Artigo 44.º

**Disposição revogatória**

É revogado o Regulamento de Secretaria 1º Ciclo.

Artigo 45.º

**Dúvidas e casos omissos**

As dúvidas ou lacunas suscitadas pela aplicação do presente regulamento serão decididas por despacho conjunto do Diretor e do Administrador ou por recurso aos regulamentos específicos do INP, bem como pela aplicação da legislação vigente.

Artigo 46.º

**Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia útil imediatamente subsequente à aprovação pelos órgãos estatutariamente competentes.

Aprovado em reunião de Conselho Técnico-Científico de 20 de dezembro de 2017